

**“Por sua Excelência Reverendíssima”. As visitas pastorais na Capitania do Rio Grande no século XVIII.**

**José Rodrigues da Silva Filho**

Mestrando em História, UFRN

Orientadora: Carmen Margarida Oliveira Alveal, UFRN

rodrigues.omagano@gmail.com

As freguesias ou paróquias eram as unidades administrativas básicas da Igreja Católica. As dioceses eram divididas em freguesias. Cada freguesia estava sob a administração de um vigário, também denominado como pároco, ou seja, um padre que administrava a freguesia em nome do bispo. Um grande instrumento que os bispos possuíam para buscar estabelecer nas freguesias suas diretrizes e obter informações a respeito da conduta de clérigos e leigos eram as Visitas Pastorais. Essas visitas, segundo as Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia, apoiadas pelas determinações do Concílio de Trento eram dever do próprio bispo. Todavia, devido a longas distancias entre a Sé e as freguesias mais remotas, os bispos de Olinda costumavam enviar padres visitantes, escolhidos entre os mais proeminentes clérigos do bispado para fazer Visitas Pastorais em seu nome.

Até o início do século XVIII a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Natal era a única da capitania e compreendia boa parte do seu território. Segundo Olavo de Medeiros Filho<sup>1</sup>, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi criada ainda em 3 de fevereiro de 1598, antes da fundação de Natal, sendo seu primeiro vigário o padre Ambrosio da Siqueira. Com a fundação da cidade em 1599 foi dado início à construção da igreja matriz.

Ao longo do século XVIII foram criadas dez freguesias no interior da capitania, sendo cinco delas criadas em antigas Missões que a partir do diretório pombalino passaram à condição de “Vilas de Índios”. O século XVIII marcou a expansão dos instrumentos administrativos da Igreja como reflexo da consolidação do processo colonizador. Na primeira metade do século foram criadas as freguesias de São João de Assu (1726), futura Vila da Princesa, a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha (é citada como freguesia desde 1746) e a freguesia de Sant’Ana de Caicó (1748), na futura Vila do Príncipe. Em 1753 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros. As freguesias

---

<sup>1</sup> MEDEIROS FIHO, Olavo de. Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande (Do seu início até o ano de 1822). In: \_\_\_\_\_. *Terra Natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 33 – 36.

instaladas nas novas Vilas de Índios foram criadas a partir da segunda metade do século XVIII. Foram criadas, portanto, as paróquias<sup>2</sup> de Arez (1758); Extremoz (1760); Portalegre (1764) criada a partir dos indígenas trasladados da antiga Missão do Apodi; São José do Rio Grande (1762) e ainda Vila Flor (1762). A última freguesia criada no século XVIII foi a de Apodi (1766), tendo por padroeiros São João Batista e Nossa Senhora da Conceição<sup>3</sup>.

Segundo a documentação eclesiástica ao longo do século XVIII, registra-se apenas uma visita feita pelo próprio bispo de Olinda à Capitania do Rio Grande. Foi em 1746, quando Dom Frei Luiz de Santa Tereza (1739 – 1753) visitou as freguesias de Natal, Assu e Goianinha. Essa última é citada pela primeira vez como paróquia no *Relatio ad limina*, enviado pelo bispo ao papa Banto XIV (1740 – 1758)<sup>4</sup>.

Entretanto, foram registradas muitas visitas nas freguesias de Natal e Portalegre, cujos Livros de Tombo, desse período, chegaram a nossa época, além das informações retiradas da obra de Nestor dos Santos Lima<sup>5</sup>, que escreveu para a Revista do IHGRN publicada em 1929, sobre as visitas à freguesia do Apodi. Tais registros atestam certa regularidade nas visitas, e geralmente eram feitas em intervalos relativamente curtos, como se pode observar na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Lista das visitas nas freguesias de Natal, Apodi e Portalegre no século XVIII.

<b>Visitadores</b>	<b>Data dos registros das visitas de Natal</b>	<b>Data dos registros das visitas de Apodi</b>	<b>Data dos registros das visitas de Portalegre</b>
Paulo Teixeira	1729	-----	-----
Dr. Lino Gomes Correia	1739	-----	-----
Manuel Alves de	1744	-----	-----

<sup>2</sup> O presente trabalho trata o termo paróquia e o termo freguesia como sinônimos. Visto que a documentação deste período não estabelece distinção entre os dois termos.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Alcimário Pereira de. *A ereção da diocese de Natal no Brasil e sua lenta Transformação pastoral*. Iniciativas pastorais e sua incidência do ponto de vista histórico. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana. 2002. p. 54 – 55.

<sup>4</sup> MARINHO, Francisco Fernandes. *O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda*. Natal. 2006.

<sup>5</sup> LIMA, Nestor dos Santos. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos, Apodi, Areia Branca, Arês, Assú, Augusto Severo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, 25/26, 1928/1929. Natal: Imprensa Oficial, 1929.

Figueiredo			
Dom Frei Luiz de Santa Tereza	1746	-----	-----
Manuel Machado Freire	1747	-----	-----
José de Aranha	1749	-----	-----
Dr. Marcos Vieira de Oliveira	7 dez.1759 – 9 mar.1760	-----	-----
Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral	25 mar. 1764	-----	2 jan.1765
Ignácio de Araújo Gondim	15 dez. 1768	1 out. 1768	9 set.1768
Dr. Alexandre Bernardino dos Reis	27 fev. 1776	-----	2 out. 1775
Dr. Joaquim Monteiro da Rocha	31 mar. 1779	22 jun. 1778	31 jul. 1779
Dr. Manoel Vieira de Lemos Sampaio	9 dez.1786	23 fev. 1787	13 mar.1787
Mons. Dionísio de Souza Bandeira	12 fev. 1792	19 mai. 1792	22 mai. 1792
Frei José Maria de Jesus	11 jan. 1795	21 mai. 1795	25 mai.1795

Fontes: Transcrição do livro de Tombo da freguesia de Natal; ACMN. Livro da freguesia de Portalegre; LIMA, Nestor dos Santos. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos, Apodi, Areia Branca, Arês, Assú, Augusto Severo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, 25/26, 1928/1929. Natal: Imprensa Oficial, 1929.

O fato de não constarem visitas em Portalegre anteriores a 1765 e em Apodi anteriores a 1768, deve-se ao fato de que a freguesia de Portalegre passou a existir a partir de 1764 e a

freguesia de Apodi em 1766. Contudo, Nestor dos Santos Lima não apresenta nenhum relato de visita do Dr. Alexandre Bernardino dos Reis que visitou as freguesias de Portalegre em outubro de 1775 e Natal em fevereiro de 1776.

Ao analisar as datações dos termos de visita contidos na tabela 1, percebe-se que o itinerário mais comum tomado pelos visitantes era percorrer em primeiro as freguesias do litoral, portanto, passavam primeiramente por Natal e depois iriam em direção às freguesias do sertão, chegando a Apodi e Portalegre. Porém, em dois casos, o do visitador Ignácio de Araújo Gondim e do visitador Dr. Alexandre Bernardino dos Reis, percebe-se o movimento inverso. A documentação não revela nenhum possível motivo para essa mudança no itinerário, visto que os visitantes deveriam partir da Sé de Olinda que estava mais próxima da cidade do Natal do que da vila de Portalegre. No caso do visitador Ignácio de Araújo Gondim, a documentação revela que ele era vigário da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão<sup>6</sup> (atualmente Jaboatão dos Guararapes – PE), próxima a Sé, portanto, mesmo que partisse de sua matriz, estaria mais próximo de Natal do que da vila de Portalegre.

Os padres visitantes observaram os costumes religiosos da população, a estrutura das igrejas, o estado de conservação de seus bens e objetos sacros, os registros paroquiais, as irmandades existentes na freguesia, além de aspectos morais do próprio vigário. Recolhiam possíveis denúncias de abusos e crimes contra a religião e por fim registravam seu parecer em um auto de visita que era copiado no Tombo da freguesia. Ao fim de suas visitas, os padres apresentavam seus relatos ao bispo e sua cúria, que a partir dessas informações desenvolviam as ações de governo na diocese. A partir de seus termos de visita há uma importante fonte de informação sobre alguns traços da vida cotidiana dos fregueses, principalmente no que dizia respeito às suas práticas religiosas.

Os padres visitantes representavam o poder episcopal nas localidades, sua ação por vezes tinha caráter de intervenção nos conflitos jurisdicionais entre freguesias, com o intuito de arbitrar conflitos. Exemplo disso foi a ação do padre visitador Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral. O referido clérigo, além de Visitador Geral dos Sertões no Norte, era Cônego da Sé de Olinda e Procurador da Mitra, portanto, detentor de cargos e títulos que garantiam sua influência no governo do bispado. Como cônego, o padre Manuel Garcia Velho do Amaral pertencia a um seletto grupo de clérigos que formam o conselho do bispado, assumindo ainda o cargo de procurador da diocese, o que evidencia sua formação nos Sagrados Cânones, exigida para essa função. O padre Manuel Garcia visitou a freguesia de Nossa Senhora da

---

<sup>6</sup> ACMN. Livro de Tombo, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Cidade do Natal), fl. 54.

Apresentação em março de 1764. Muito provavelmente nessa oportunidade, em consonância com o intento do então vigário da freguesia, o padre Pantaleão da Costa Araújo (1763 – 1778 / 1785 – 1794), propôs reaver a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, os povoados de Rodrigo Moleiro, Aldeia Velha e São Gonçalo, que tinham sido anexados à freguesia de Extremoz. A iniciativa do padre Manuel Garcia no processo de alteração nas fronteiras entre as freguesias de Natal e Extremoz foi revelada pelo próprio sacerdote quando promulgou o Edital que determinou a redivisão entre as duas freguesias em questão: “... e atendendo ao que por mim foi proposto com verdade...”<sup>7</sup>. O bispo Dom Francisco Xavier Aranha, atendendo a um requerimento de parte dos moradores da margem norte do Potengi, havia anexado os três povoados em questão à nova freguesia de Extremoz em 1762, durante o pastoreio do padre João Freire de Amorim. A nova partilha ocorreu sob a alegação que a travessia do rio Potengi dificultava a assistência espiritual daqueles moradores e que muitos desses moradores já estavam frequentando missas e confessando na matriz de Extremoz. A portaria, do bispo Dom Francisco Xavier Aranha, cita ainda o antigo vigário de Nossa Senhora da Apresentação, o padre Manoel Gomes Corrêa (1727 – 1760) :

...e sobre tudo estarmos muito lembrados, que o imediato defunto vigário da Cidade do Natal, Manoel Gomes Corrêa, três ou quatro anos antes do seu falecimento, nos requereu que nós criássemos em curato aqueles moradores, pela grande dificuldade, que tinha em os paroquiar pela passagem do Rio Grande.<sup>8</sup>

A partir do apresentado pelo visitador o padre Pantaleão da Costa enviou requerimento ao bispo pedindo o estabelecimento de novos limites para a freguesia. Em resposta Dom Francisco Xavier Aranha designou o padre visitador, Dr. Manuel Garcia Velho do Amaral, para efetivar a redivisão<sup>9</sup>, por ordem datada em 13 de março de 1765. Estando, padre Manuel Garcia, na Vila de Portalegre, emitiu um Edital em 13 de maio de 1765, efetivando a nova divisão. Quanto à questão da travessia do Potengi, colocada pelos moradores, foi apresentado pela Sé de Olinda a solução de se colocar um padre coadjutor residindo no povoado de São Gonçalo<sup>10</sup>. O padre Manuel mandou que o Edital fosse lido em missas de preceito em ambas as matrizes, com a advertência aos fregueses que o descumprimento de tais ordens implicaria em pena de excomunhão. Certamente as boas relações entre o padre Pantaleão da Costa

---

<sup>7</sup> Idem. fl. 53.

<sup>8</sup> Idem. fl. 44 v.

<sup>9</sup> Idem. fl. 52 – 53v.

<sup>10</sup> Idem. fl. 52 – 52v.

Araújo e seu visitador padre Manuel Garcia Velho do Amaral foram importantes para que o bispado voltasse atrás em decisão tomada e publicada apenas cerca de três anos antes.

Ao designar o padre visitador para estabelecer os limites das freguesias o bispo de Olinda reconhece a importância desses agentes enquanto conhecedores do território do bispado e confirma sua autoridade para determinar afetivamente os limites entre as freguesias. Desta forma o visitador atuava como árbitro em questões locais que estavam para além do alcance da Sé de Olinda, era assim os olhos e ouvidos do prelado atuando de forma particular nas freguesias mais periféricas do bispado.

Os vigários e coadjutores eram alvos da avaliação dos padres visitados no que dizia respeito a aplicação no cumprimento de seus deveres na administração dos sacramentos, na catequese dos fiéis, nos deveres burocráticos e nas conduta moral. De maneira geral os relatos analisaram ofereceram uma boa avaliação tanto a respeito dos vigários, quanto de seus auxiliares. Os relatos trazem algumas exceções como o visitador Manoel Vieira Lemos Sampaio, em visita a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em dezembro de 1786, criticou o padre Pantaleão da Costa por “negligência” com relação às capelas da freguesia, em especial a de Jundiá<sup>11</sup>. Contudo as admoestações dos padres visitadores sugerem uma série de delitos praticados pelos clérigos no bispado, sendo o mais comum a não observância do hábito clerical, com o uso de adereços considerados inapropriados para o modelo austero de padre que a Igreja almejava a partir das diretrizes do Concílio Trento.

Segundo as Constituições Primeiras, os vigários eram os grandes responsáveis em fiscalizar o cumprimento das determinações eclesiásticas dentro de suas jurisdições. Algumas determinações eram extremamente difíceis de serem obedecidas nas circunstâncias adversas que passavam os vigários do sertão. Outro ponto ressaltado nas Constituições Primeiras que era alvo de cobrança dos visitadores era o papel do pároco como grande catequizador dos seus fregueses, sendo seu dever intransferível ensinar a doutrina da Igreja segundo a interpretação do Concílio de Trento. A pregação dos padres dentro das cerimônias litúrgicas era a principal forma de se ensinar a doutrina e advertir os leigos das condutas que deveriam ser evitadas, mostrando uma íntima relação entre a ação sacramental, especialmente a missa, e o ensino doutrinário, e sendo a liturgia o espaço habitual para pregações e proclamações de editais e cartas episcopais.

Destaca-se ainda a ação sacramental como ponto fundamental para a salvação das almas. A preocupação com a administração dos sacramentos é a principal função dos vigários

---

<sup>11</sup> Idem. fl. 76.

segundo as Constituições Primeiras. Nesse contexto, o batismo era tido como fundamental para a salvação das almas. A preocupação com a administração desse sacramento era enfatizada com veemência.

As determinações dos padres visitantes não estavam somente direcionadas para os clérigos, os leigos também são alvos constantes das admoestações dos visitantes. Essas determinações vão desde críticas e proibições quanto o vestuário utilizado nos ambientes sacros, aos atos de piedade que deveriam ser observados pelos fiéis. A preocupação com a catequese é uma constante em freguesias mais distantes, de forma particular as novas vilas criadas a partir das missões, exemplo disso está expresso nos relatos de visitas de Portalegre. Os padres visitantes insistem que os vigários e seus coadjutores se empenhem na periódica catequese dos fregueses, especialmente dos jovens, estes deveriam receber as lições sagradas com maior constância. Os padres são orientados a aplicarem punições aos fregueses que se ausentassem desses momentos sem “justo motivo”. Essa mesma ênfase na catequese periódica não se repetem em mesma intensidade nas freguesias habitadas majoritariamente por luso-brasileiro, como Natal, mesmo quando comparamos os relatos dos mesmos clérigos em freguesias distintas. Na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação as críticas estavam voltadas para a falta de piedade e decoro nos trajes usados na igreja, ou ainda a não observância dos dias santos. A esse respeito observou o padre Joaquim Monteiro da Rocha em visita a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação em abril de 1779:

É abominável a falta de religião que se observa em muitos fregueses desta freguesia, os quais sem justa causa que os desculpe deixem de ouvir a Santa Missa nos dias de preceito e de concorrer para que haja capelão nas capelas desta freguesia e não cessão de trabalhar nos domingos e dias santos, antepondo os lucros temporais aos interesses eternos.<sup>12</sup>

Desta forma as visitas tinham também o objetivo de corrigir os comportamentos da população que fossem tidos como impróprios a moral católica. A recorrência dessas reclamações por parte dos visitantes é um indicativo das dificuldades do estabelecimento de comportamentos previstos nas normativas canônicas. A própria necessidade de se fazer as visitas depõem contra a aplicação das normas que visavam uma padronização das freguesias segundo o modelo estabelecido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

No caso das freguesias habitadas por índios as práticas religiosas não enquadradas na ortodoxia católica era fonte de grande preocupação dos visitantes que pressionavam os

---

<sup>12</sup> Idem, fl. 69 v.

vigários a instruir os índios na fé. Nesse sentido, o visitador Dr. Joaquim Monteiro Rocha, registrou:

É abominável a falta de religião que se observa em algum dos fregueses desta freguesia, e muito de se estranhar a indiscreta devoção que com o pretexto frívolo de piedade costumam festejar o Senhor São Gonçalo em suas casas admitindo nelas pessoas de um, e outro, sexo formando danças indecentes sem advertirem que semelhantes congressos não podem resultar serviço a Deus e culto ao glorioso santo e o Reverendo Pároco aos que achar compreendidos, de hoje em diante, os multará em dez tostões para a fábrica da sua matriz.<sup>13</sup>

O documento mostra como o sincretismo marcava a religiosidade dos indígenas. As festas católicas eram ressignificadas por uma população que foi negada sua identidade indígena, principalmente a partir da criação das vilas quando o próprio termo indígena foi dando lugar a outros como o caboclo.

Os visitantes ordenavam em seus Termos de Visita, que os vigários zelassem pelo estabelecimento e manutenção das irmandades leigas, notadamente a irmandade do Santíssimos Sacramento e irmandade da Almas. Essa última tinha por objetivo atender as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que ordenavam que se fizessem procissões semanais em sufrágio das almas dos falecidos<sup>14</sup>. Os padres são exortados ainda a fiscalizar os registros das irmandades e incentivar a organização de atos religiosos, como procissões e novenas a partir delas. As irmandades assumiam assim um importante papel na sociabilidade dos fregueses em torno de atividades religiosas que marcavam o cotidiano das freguesias, ao som do badalar dos sinos das matrizes, ao passo que podiam caracterizar momentos festivos de transcendência desse mesmo cotidiano. Esses eventos sagrados, como as procissões eram: “grandes manifestações públicas em Natal, como em outras aglomerações. Eram eventos habituais, semanais, mensais ou anuais”<sup>15</sup>. Neste sentido, o espaço da igreja matriz, centro da freguesia, era também centro da comunidade, onde se faziam visíveis os poderes divinos e humanos, que se apresentavam intimamente relacionados. As festas religiosas eram momentos quando essa relação tornava-se ainda mais clara, comumente: “oficiais da Câmara e outras autoridades ocupavam um lugar de prestígio nas procissões do Corpus Christi, dos Passos e da padroeira”<sup>16</sup>. Desta forma, a participação e

---

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Edições do Senado Federal, Vol. 79, 2011. n. 864 – 866. p.303.

<sup>15</sup> TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: A secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

<sup>16</sup> Idem. p.77



posição assumida nos eventos religiosos também refletiam o grau de prestígio dos entes sociais. Dentre estes momentos festivos a festa da padroeira da freguesia tinha uma importância destacada, haja vista que a identificação com um padroeiro era também a identificação com a própria espacialidade. Desta forma as irmandades geravam sociabilidade e beleza em torno do aspecto litúrgico, que tornava a dimensão sagrada visível no meio social.

Outro ponto abordado nas visitas era a estrutura física dos templos e a dignidade de suas alfaias e imagens sacras. Essa preocupação é ainda mais visível nas freguesias mais pobres como era o caso de Portalegre, onde em 1768, o padre Dr. Inácio de Araújo Gondim o Termo de sua visita<sup>17</sup>, registrou que a igreja ainda se encontrava ainda estado muito precários que a sua construção enfrentava dificuldades. A falta de recursos era o grande empecilho para o início da obra. O visitador, mediante a pobreza dos indígenas, ordenou ainda que o vigário requeresse ao diretor da vila, índios que colaborassem com seu trabalho na obra da nova matriz:

E por que os paroquianos estão obrigados a concorrer com esmolas para a obra de sua Paroquial Igreja e a maior parte dos dessa paróquia são índios miseráveis e pauperismos, e só põem com correr para a dita obra com suas pessoas ajudando ao trabalho; o Pároco pedirá cada semana ao Diretor certo numero deles para que trabalhem todo o dia<sup>18</sup> [...]

Nas visitas seguintes, o padre Alexandre Bernardino Reis, em 1779, bem como o padre Dionísio de Souza Bandeira, que visitou a freguesia em 1792 fizeram referência às obras da matriz que ainda não estava acabada. Mesmo em freguesias como a de Nossa Senhora da Apresentação, na no centro da capitania a pobreza nos ornamentos litúrgicos e a precariedade da manutenção dos templos é notada pelos visitantes. O padre Dionísio de Souza Bandeira, que era notário do Santo Ofício da Inquisição, Protonotário Apostólico e Visitador Geral e Delegado da Crisma dos Sertões de Baixo da repartição Norte, em seu Termo escrito em 12 de fevereiro de 1792, criticou o estado das alfaias litúrgicas e da imagem de São Miguel que existia na matriz, mandando que se providenciassem novas alfaias e que fosse enterrada a imagem e que a Irmandade das Almas, que tinha sua sede na igreja matriz, provesse uma imagem nova<sup>19</sup>.

Para além das orientações dos padres visitantes sua presença em si já constituía uma forma coerção e exortação da vida religiosa nas comunidades. A presença desses clérigos nas

<sup>17</sup> ACMN. Livro de Tombo da Paróquia da Portalegre 30 – 31.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> ACMN. Livro de Tombo, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Cidade do Natal). fl. 89 – 89v.

celebrações litúrgicas, pregações e demais acontecimentos era a marca tangível da presença da autoridade episcopal que ao passo que se põem como um “vigia” da ortodoxia católica e da observância canônica, se apresenta também como incentivador do fervor religioso se apresentando como um elo entre as freguesias e a Sé do bispado. A presença do visitador mexia com a continuidade rotineira das freguesias periféricas, dando uma dimensão simbólica ao ato fiscalizador. O mesmo agente que corrige, também confirma a autoridade dos clérigos, o mesmo que critica a falta de piedade dos leigos, com sua presença, ajuda a reavivar essa piedade.

Portanto, as visitas pastorais tinham por objetivo a busca do estabelecimento de um controle, sobre clérigos e leigos, a partir das diretrizes do bispado. Ao passo que o estudo dos Termos produzidos como resultados das visitas mostram como esse, suposto controle, era frágil e precário. Em nome do bispo os padres visitantes enfrentavam estradas difíceis para fazer chegar as normativas episcopais as freguesias mais longínquas, ao passo que seus relatórios traçavam um mapa das diversas realidades locais, com informações que auxiliavam o governo do bispado, em sua vastíssima extensão territorial, a manter uma unidade ao menos simbólica entre as freguesias e sua Sé, entre os vigários e seu bispo.

### Referências

- AZZI, Riolando; HOORNAERT, Eduardo (Orgs). *História da Igreja do Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2008.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712-1727)*. Coimbra: 1712.
- BOXER, Charles R.. *A Igreja e a expansão ibérica (1440 – 1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 4 ed. Natal: EDUFRN, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Mossoró: Mossoroense, 1992. (Coleção mossoroense, 1140).
- DANTAS, Dom José Adelino. *Homens e fatos do Seridó Antigo*. Natal: Sebo Vermelho. 2008.
- FRANÇA, A. L. T. de. *SANTAS NORMAS: o comportamento do clero pernambucano sob a vigilância das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia 1707*. 2002. 128 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do leviathan: instituições e poder político* : Portugal, séc. XVII. Lisboa: A.M. Hespanha, 1986.

LOPES, Fátima Martins. *Em Nome da Liberdade: As vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. 699f. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2005.

\_\_\_\_\_. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. 02. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Do tempo do gentio ao tempo da fé: produção do território da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. In: \_\_\_\_\_. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 109 – 158.

MARINHO, Francisco Fernandes. *O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda*. Natal. 2006.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história, 500 anos da presença da igreja no Brasil*. Tomo 1- período colonial. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

MEDEIROS FIHO, Olavo de. *Terra Natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

OLIVEIRA, Alcimário Pereira de. *A ereção da diocese de Natal no Brasil e sua lenta Transformação pastoral*. Iniciativas pastorais e sua incidência do ponto de vista histórico. Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana. 2002.

PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SANTOS, G. A. M. . *Transgressão e cotidiano: a vida dos clérigos do hábito de São Pedro nas freguesias do açúcar em Pernambuco na segunda metade do século XVIII (1750 – 1800)* 2013. 181f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de História . Recife, 2013.

SILVA, Cândido da Costa e. *Sebastião A celebração do Sínodo Arquidiocesano de 1707*. In: FEITLER B; SOUZA E. S. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011. p. 137 – 146.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: A secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. *As Constituições Eclesiásticas e a cidade potiguar*. In: FEITLER B; SOUZA E. S. (Org.). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011. p. 453 – 480.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500 -1808)*. Rio de Janeiro:Objetiva, 2000.